

RETIRANDO A PELE DA MEMÓRIA: a produção de conhecimento sobre negros (as) (in) visibilizada em anais de iniciação científica na UFPB

REMOVING THE SKIN OF MEMORY: the production of knowledge about blacks (in) visibility in the
annals of scientific initiation produced by UFPB

Mirian de Albuquerque Aquino*

Leyde Klébia Rodrigues da Silva**

Sérgio Rodrigues de Santana***

Jobson Francisco de Silva Júnior****

RESUMO

O estudo faz um levantamento da produção de conhecimento que constitui a memória da ciência da Universidade Federal da Paraíba, focando a sua atenção nos anais dos Encontros de Iniciação Científica – ENIC/PIBIC/CNPq/UFPB, no período de 1998 à 2008 com o objetivo específico de identificar a produção de conhecimento sobre o(a) negro(a) de pesquisadores(as) dessa Instituição. Os procedimentos metodológicos foram determinados pela concepção epistemológica dos Estudos Culturais, que se preocupa com a visibilidade da cultura de diferentes grupos sociais, e se articula com uma abordagem de natureza qualitativa que tende nesta pesquisa responder as questões particulares nas ciências sociais (aplicadas), étnico-raciais, visto que estas se preocupam com visibilidade da cultura de diferentes grupos sociais. Adotamos a perspectiva interpretativa para análise dos dados porque considera a história e a cultura dos grupos étnico-raciais. Os formulários e planilhas foram utilizados como instrumentos na coleta de dados, servindo para organização, seleção e identificação dos dados para análise. Os resultados apresentam dissonâncias na produção de conhecimento das três áreas e sub-áreas analisadas. Concluímos que a invisibilidade do (a) negro (a) na produção de conhecimento é uma forma de discriminação racial que nega ao indivíduo o direito de se reconhecer na sua

cultura e história. Cabe, pois, aos (ás) pesquisadores (as) o compromisso de organizar a informação para disseminá-la, a fim de que todos os grupos sociais se tornem visíveis na memória da ciência e, especificamente, o (a) negro (a) africano (a) e afrodescendentes.

Palavras-chave: Negros. Memória. (In) visibilidade. Produção do Conhecimento. Universidades.

ABSTRACT

This study makes a survey of the production of knowledge that implicates in the construction of the memory of Science from Universidade Federal da Paraíba, focusing its attention on the Scientific Initiation Meeting's annals - ENIC / PIBIC / CNPq and UFPB, from the 1998 till 2008 with the specific aim to identify the production of knowledge about the Black people of researchers that same institution. The methodological procedures used in this study were determined by the epistemological conception of Cultural Studies, which is concerned with the visibility of the culture of different social groups, where there is a link to a qualitative approach to this research, tend to respond to particular issues in the Social Sciences (Applied), ethnic-racial, as they are concerned about the visibility of the culture of different social groups. For data analysis, we adopted the interpretive perspective, because it considers

the history and culture of groups ethnic-racial. The forms and worksheets were used as a instrument to collect data, serving for the organization, selection and identification of data for analysis. The results shows dissonance in the production of knowledge of the three major areas and their subareas analyzed. We concluded that the invisibility about the black people in the production of knowledge is a form of racial discrimination which denies to the subject the right to be recognized in their culture and history. It is responsibility of the researchers the commitment to organize the information to disseminate it later to all social groups to become visible in the memory of science, and specifically, the black people, African and African descent.

KEYWORDS: Black people. Memory. (In) visibility. Production of knowledge. Universities.

1 INTRODUÇÃO

O que será que dá, que brota à flor da pele, será que dá, que faz os seres humanos se discriminarem pela cor da pele, a lisura do cabelo, ou o grupo étnico de procedência? O que será que faz com que ainda hoje, após tudo que a humanidade avançou em termos de direitos humanos, ainda tenhamos que presenciar discriminações de negros, asiáticos, hispânicos, indígenas e todos aqueles que não pertencem à pretensamente superior raça branca? (Maria Clara Lucchetti Bingemer)

O estudo tem como objetivo identificar a produção de conhecimento sobre negros (as), através de um levantamento dos anais de iniciação científica, armazenados na memória da Ciência, da Universidade Federal da Paraíba. Pretende conhecer o que os (as) pesquisadores (as) produzem sobre a problemática dos (as) negros (as) – africanos (as) e afrodescendentes. Partimos da *Biblionline*, João Pessoa, v. 7, n. 1, p. 46-57, 2011.

suposição de que a construção da memória da ciência da UFPB raramente disponibiliza fontes de informação que priorizam os temas fundamentados no discurso afrocêntrico.

A insuficiência de produção de conhecimento de interesse da população negra tem sido justificada com o argumento de que os temas abordados nos estudos e nas pesquisas devem priorizar os construtos universais, e a invisibilidade de grupos étnicos é uma constante na produção de conhecimento das universidades públicas (AQUINO, 2009). Para Cunha Júnior (2001), os temas de interesse da população afrodescendente e suas especificidades têm sido vistos com descaso por uma parcela significativa de pesquisadores e demais estudiosos, em todas as áreas do conhecimento. A ausência de temas concernentes à história, à ciência, à tecnologia e à cultura da população negra afeta a visibilidade de negros (as). Corroborando essa afirmação, Aquino (2009) enfatiza que existe uma forte preocupação das universidades brasileiras em manter uma “equidistância sistemática do pensamento europeu [que] recompilado não fertiliza, reduz, enfaixa, cristaliza e provoca a necrose pensada” (CUNHA JÚNIOR, 2001, p. 8).

A nosso ver, a construção da ciência para armazenagem da memória, nas instituições de ensino superior, deveria considerar todos os grupos etnicorraciais que compõem a atual sociedade, independentemente de gênero, raça/etnia, condição sexual, geração e deficiência. Dentre outros aspectos, essa preocupação deve se firmar, principalmente, nesse momento em que a informação e o conhecimento deixaram de ser privilégio de alguns para estar em todos os lugares. Determos-nos na UFPB, por estarmos vinculados a essa instituição, desenvolvendo estudos, pesquisas, discursos e práticas com outros grupos que tratam dessa temática.

Nesse sentido, as perguntas de pesquisa assim se configuram: O que se produz acerca de negros (as) africanos (as) e

afrodescendentes na UFPB? Que representação têm os (as) negros (as) na memória da ciência dessa instituição?

Para operacionalizar as questões aqui delineadas e compartilhar com as ideias do pesquisador Henrique Cunha Júnior (2001), incorporamos conceitos que podem estabelecer uma ruptura com o eurocentrismo, o racismo e as precariedades informacionais que caracterizam as percepções equivocadas de alguns estudiosos acerca da problemática de negros (as) na estrutura brasileira.

Daqui em diante, passaremos a explicitar os conceitos que fundamentam essa discussão. Entendemos a ciência como uma prática social resultante da interação dos sujeitos com os objetos físicos, históricos e culturais e sua interlocução com outros sujeitos, que assume uma importância vital para as sociedades contemporâneas e os diferentes grupos. O modo como o conhecimento é produzido nas universidades públicas e para quem é produzido não é objeto de curiosidade de pesquisadores (as) apenas da Biblioteconomia, em sua função de organizar e disseminar esse conhecimento, mas de todas as áreas do conhecimento.

Para Cunha Júnior (2007, p. 70) “afrodescendência é “recurso conceitual para definimos a população apresentada nos censos demográficos do IBGE como pretos e pardos”. Este autor descreve como a base étnica dada pela história sociológica da população negra, cujos contornos da identidade afrodescendente são de natureza política e cultural, com a finalidade de substituir o conceito de raça no sentido biológico. Cunha Júnior e Ramos (2001) argumentam que o conceito de “raça” gera dificuldades nas relações entre grupos, porquanto origina os racismos que são produtos do uso dele para demarcar as diferenças entre os seres humanos. Em suma, esses autores assumem que “afrodescendência é o reconhecimento da

Biblionline, João Pessoa, v. 7, n. 1, p. 46-57, 2011.

existência de uma etnia afrodescendente, [que tem como] base comum os membros do grupo de diversas etnias e nações de origens africanas, e o desenvolvimento destas nos limites condicionantes dos sistemas predominantes do escravismo criminoso e do capitalismo racista” (CUNHA JÚNIOR: RAMOS, 2001).

Diversos são os autores que discutem o conceito de “memória” e, dentre eles, destacamos: (RICOEUR, 2007); (LE GOFF, 2003); (POLLAK, 1989); (NORA, 1984); (BOSI, 1989). Observa Le Goff (2003, p. 422) que a memória é um dos “meios fundamentais de abordar os problemas do tempo e da história”, para que ela funcione como mecanismos que reconstróem a cultura de uma determinada sociedade. O conceito “memória da ciência” é entendido como toda a produção de conhecimento armazenada nos repositórios impressos/digitais da UFPB, com a finalidade de disseminar as atividades técnico-científicas de sua comunidade acadêmica. Porém, permanecem abertas possíveis fissuras que (in)visibilizam a problemática do (a) negro (a).

Por sua vez, a “produção de conhecimento” é todo conhecimento organizado e estruturado, construído a partir de bases epistemológicas, teóricas e metodológicas, instrumentos e técnicas para fins de fazer avançar a ciência e tentar solucionar problemas pertinentes à sociedade (ABREU, 2002). A “produção de conhecimento” constitui um elemento de fundamental importância para solucionar problemas da sociedade e contribuir para promover a ciência em si mesma e o bem-estar da humanidade (AQUINO, 2009). Essa produção de conhecimento, que se encontra armazenada na memória da ciência das universidades públicas, deveria ser adequadamente disseminada para a comunidade acadêmica e o público em geral com vistas ao acesso por todos (as) os (ãs) cidadãos (ãs) e produtores (as) de conhecimento possibilitando, assim, a geração de novos conhecimentos. Essa

disseminação contribuiria para que todos pudessem estar devidamente informados sobre “o que os (as) pesquisadores (as) fazem dentro e fora dos laboratórios” (AQUINO, 2009, p. 5) e reconhecer a importância de uma “ciência em ação” (LATOURET, 2000),.

O conceito (in)visibilidade refere-se a indivíduos social e etnicamente visíveis ou invisíveis nos diversos setores da sociedade brasileira, principalmente nas universidades públicas, seja pela indiferença, pelo preconceito ou pela discriminação econômica, racial, sexual, etária, entre outras. Essa compreensão de invisibilidade que atinge, sobretudo, negros (as) está posta na contribuição crítica de Queiroz (2004, p. 10) que observa: “os marcadores como gênero e a raça que têm, seguramente, uma forte participação na equação que exclui significativas parcelas da sociedade das oportunidades de ensino, sobretudo, no seu patamar mais elevado”. Efetivamente, de acordo com a autora, “no Brasil, a invisibilidade da raça como um mecanismo gerador de desigualdades entre grupos sociais, repousa na crença, amplamente difundida, de que os brasileiros desfrutam de uma situação racial harmoniosa e equilibrada no acesso aos bens materiais e simbólicos”. É impensável negar que Gilberto Freyre tenha assumido um posicionamento sobre essa questão de que negros e brancos viviam em perfeita harmonia.

Souza(2006) critica o preconceito racial em seu formato “virulento e perverso”, afirmando que “funciona como índice de primitividade antes de qualquer contato social [...] devendo ser combatido como política específica em qualquer esforço dirigido e conseqüente de inclusão social de setores marginalizados entre nós” (SOUZA, 2006, p. 90). Argumenta Souza que o preconceito racial está presente nos setores da sociedade e merece atenção. Isso não seria diferente nas universidades, nos institutos, nos grupos de pesquisa. Mas esse mesmo autor observa que o preconceito racial está na invisibilidade dos

Biblionline, João Pessoa, v. 7, n. 1, p. 46-57, 2011.

elementos culturais e simbólicos do ‘racismo de classe’, que

torna a raça a única dimensão onde a dominação simbólica e cultural é tornada visível. Essa visibilidade da raça é conquistada pela invisibilidade da ‘classe’ como dimensão cultural e simbólica de natureza não-econômica. É o desconhecimento da lógica da dominação social especificamente moderna, baseada na naturalização e na opacidade de sua ‘hierarquia’ valorativa’ ancorada institucionalmente e tornada possível por práticas institucionais (SOUZA, 2006, p. 90).

O autor continua argumentando que, a esse problema, soma-se outro relativo a uma “utopia intelectual e política, que condiciona a continuação [do preconceito, discriminação e racismo], inclusive ainda hoje, desse mesmo abandono histórico”, da ausência de políticas e da naturalização da desigualdade racial e da dominação social (SOUZA,2006, p. 91).

Por último, entendemos negro (a) africano (a) como aquele que representa a matriz africana, que nasceu no continente africano e nas suas regiões e foi escravizado (a) no Brasil, no período da colonização portuguesa. Incluímos nessa concepção os personagens negros (as) históricos. Por afrodescendente entendemos aquele (a) nascido de escravos (as) africanos (as) no período colonial, tais como negros (as) fugidos (as), livres, contemporâneos (as), militantes etc.

2 METODOLOGIA

Os procedimentos metodológicos desta pesquisa são determinados pela concepção epistemológica dos Estudos Culturais, que se preocupam com a visibilidade da cultura de diferentes grupos sociais e se articula com uma abordagem de natureza qualitativa. Essa abordagem se propõe a responder às questões particulares das Ciências Sociais (Aplicadas), trabalhando com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças,

valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais aprofundado das relações dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. Também assume características da perspectiva interpretativa de pesquisa, que considera a história e a cultura do lugar e das comunidades do local, sem perder de vista a história e a cultura de matriz africana, que considera a sucessão de gerações e de grupos ancestrais (CUNHA JÚNIOR, 2006).

A metodologia que se preocupa com a afrodescendência exige dos (as) pesquisadores (as) o adentramento na situação, nos valores sociais e nas formas culturais das comunidades afrodescendentes, enfatiza o autor. É necessário reconhecer o pensamento de base africana como um dos elementos importantes para romper com as formas hegemônicas de produção de conhecimento.

O universo da pesquisa é o Campus I da Universidade Federal da Paraíba – UFPB. Essa instituição foi escolhida porque é o nosso “habitat” de atividades de ensino, pesquisa e extensão e facilita a busca e a recuperação de fontes de informação. O foco de nossa atenção voltou-se para os anais dos Encontros de Iniciação Científica – ENIC, cuja produção de conhecimento, em forma de resumos, refere-se ao período de 1998 a 2008. Escolhemos os anais do ENIC por apresentar a produção de conhecimento de pesquisadores (as) iniciantes e de seus orientadores, e isso constitui uma fonte de informação relevante para compor a memória da Ciência da UFPB.

A entrada no campo de pesquisa exigiu duas técnicas de recolha de dados: a pesquisa bibliográfica e a pesquisa de fontes de informação. A primeira serviu para a revisão de literatura e permitiu a discussão de conceitos teórico-metodológicos e a construção de categorias. As fontes de informação são entendidas aqui como um “conjunto de princípios e de operações técnicas que permitem estabelecer a

fiabilidade e adequação de certo tipo de informação para o estudo e a explicação de um determinado processo histórico” (ARÓSTEGUI, 2006, p. 508). Essas fontes tiveram como finalidade “colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre o assunto, inclusive conferências seguidas de debates que tenham sido transcritos por alguma forma, quer publicadas, quer gravadas” (MARCONI; LAKATOS, 2002, p. 66), permitindo a recuperação de uma variedade de documentos, que têm o potencial de informar e estruturar as decisões que os pesquisadores tomam em suas investigações. Elas incluem documentos históricos e relatos de pessoas sobre incidentes ou períodos em que essas pessoas estiveram envolvidas de fato (MAY, 2004).

No processamento das fontes de informação, lançamos mão de formulários e planilhas, com a finalidade de operacionalizar os objetivos, as categorias específicas e os conceitos propostos para o estudo. Esses instrumentos de recolha de dados serviram para organizar, selecionar e identificar o material processado.

Os procedimentos metodológicos para coletar os dados implicaram: a) a seleção de trabalhos por área e por subcategorias (identificando o número de trabalhos publicados); b) a produção de conhecimento da UFPB sobre o (a) negro (a) e; c) e a (in)visibilidade de negros (as) na produção de conhecimento.

Inicialmente, a seleção dos Anais do Encontro de Iniciação Científica foi feita a partir de dois exemplares impressos. Posteriormente, identificamos, no *site* da Pós-graduação e Pesquisa-PRPG/UFPB (http://www.prpg.ufpb.br/prpg/cgpq/enic/enic_anais.php), a categoria “Pesquisa”, onde estão disponibilizados dez arquivos que contêm os anais do ENIC (Disponível em: http://www.prpg.ufpb.br/prpg/cgpq/enic/enic_anais.php), que correspondem a dez anos

de produção de conhecimento científico nessa Instituição.

Em seguida, elaboramos onze tabelas referentes a cada ano dessa produção, com as seguintes informações: área, subáreas, total de artigos, artigos sobre negros (as), ano e dois gráficos, como uma estratégia para compreender bem mais os dados. Posteriormente, identificamos as produções que retratavam a problemática do (a) negro (a) nos âmbitos político, econômico, social, cultural etc.

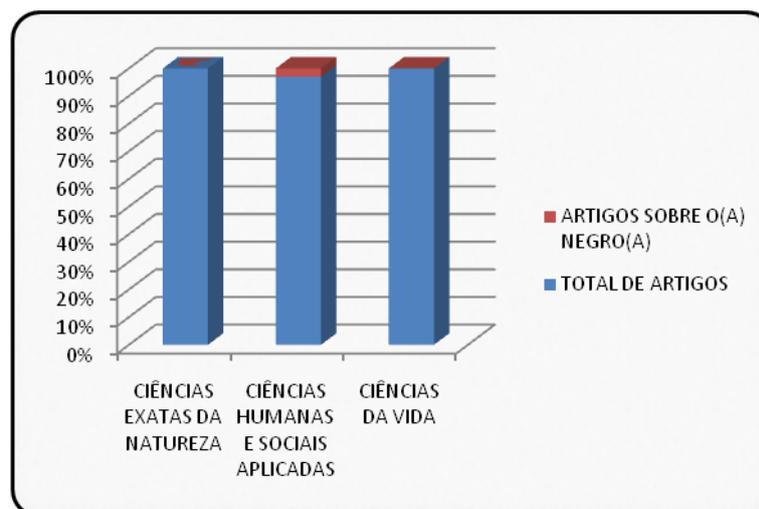
A estrutura de análise pode ser concebida como uma “construção teórica [...] feita por aproximações sucessivas, por meio de propostas de categorização” (MINAYO et al, 2005, p. 190), e organizada a partir de vários

formatos. Na análise dos dados, o (a) pesquisador (a) pode usar sua criatividade e intuições. Essa estrutura foi organizada em categorias temáticas, de forma a facilitar a descrição, a análise e a interpretação. As categorias específicas foram extraídas com base em uma visão global sobre as informações disponíveis nas fontes de informação pesquisadas, visando a questões de análise mais focadas nos objetivos da pesquisa.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Ao analisar os anais do ENIC, identificamos dissonâncias e simetrias na produção de conhecimento, em relação à sua quantidade e às áreas. O Gráfico 1 apresenta algumas dessas lacunas.

Gráfico 1 – Dissonância entre as áreas – ENIC Geral.



Fonte: Dados da pesquisa.

É visível a dissonância em três grandes áreas do conhecimento: Ciências Exatas da Natureza (CEN), Ciências Humanas e Sociais Aplicadas (CHSA) e Ciências da Vida (CV). A área de Ciências da Vida detém o maior número de trabalhos. Porém, em termos de produção de conhecimento sobre o (a) negro (a), identificamos apenas “um”, que trata de questões relacionadas à cultura de matriz africana. No que concerne à área de Ciências Exatas da Natureza, não constatamos a existência de avanços em relação à CV nem

publicações relativas às questões etnicorraciais. Nas CV, o (a) negro (a) não é mencionado (a) sequer como categoria. Ao se fazer menção à cor da pele, a branca é sempre destacada e, às vezes, a parda. Seria essa uma forma de invisibilizá-lo (la)? Com base nessa questão, poderíamos afirmar que nas CV não haveria negros?

Fundamentando teoricamente essa discussão, o IBGE (2000) aponta que mais de 40% da população brasileira são de cor negra e/ou

parda. Todavia, a produção de conhecimento das CV revela o contrário. Essa situação nos leva a inferir que não se trata apenas de esquecimento, mas de exclusão social. Convém ressaltar que o racismo nem sempre ocorre de forma explícita, mas vai corroendo sutilmente. Além disso, existem casos em que sua prática é sustentada pelo aval dos objetos de exclusão social, aqui identificados como uma exclusão de existência. Negar ao outro o direito da igualdade não seria tão forte quanto negar a esse sujeito o direito à visibilidade? Portanto, invisibilizar um indivíduo nada mais é do que excluí-lo da sua própria história.

A pesquisa realizada por Chagas e Souza (2002, p.55) conclui que a ausência de uma política científica, em colaboração com a Editora Universitária, dificulta a publicação de um conhecimento de interesse da população negra e de pesquisadores (as) interessados (as) nessa temática.

A ausência de uma política de publicação por parte da Editora Universitária contribui para que trabalhos relevantes ao processo de compreensão da história dos excluídos no Brasil, a exemplo de negros, mulheres e idosos, não cheguem ao público leitor, fazendo com que perca a imagem de que não existe nada escrito sobre os negros na Paraíba, ou que a Universidade não se interessa por discutir essa questão.

Prosseguindo com a análise, constatamos que a área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas apresenta uma significativa visibilidade, no que se refere à temática etnicorracial, quando comparada às outras áreas. Contudo isso ainda não é o esperado. Do nosso ponto de vista, para que possamos alcançar uma equidade de direitos, é necessário nos conscientizarmos de que ser invisível é sofrer a indiferença, é não ter importância e reconhecer que essa forma de discriminação está cada vez mais inserida na sociedade brasileira.

Em dez anos de produção de conhecimento, constatamos, por meio dos anais do ENIC da instituição, que, dos 8.623 artigos publicados nas mais diversas áreas do conhecimento, apenas 73 foram classificados como “artigos sobre negros (as)”, entre os quais, 72 são da área por último referenciada. As subáreas que apresentam mais trabalhos sobre negros (as) são Psicologia (16), História (15) e Direito (11). É interessante ressaltar que a área de Psicologia tem mais trabalhos que a de Educação (3).

A lei 10.639/2003 assinala que os (as) negros (as) têm o direito de “se reconhecerem na cultura nacional, expressarem visões de mundo próprias e manifestarem com autonomia, individual e coletiva, seus pensamentos” (BRASIL, 2004, p.10). Nessa direção, ao que parece, os estudos e as pesquisas nas universidades brasileiras, principalmente em algumas áreas consideradas elitizadas, priorizam temas que são eminentes ao discurso eurocêntrico.

Na subárea Ciência da Informação/Biblioteconomia, identificamos quatro trabalhos de uma mesma autora que se sobrepõem a outras subáreas. No entanto, essa subárea ainda tem um longo caminho a percorrer, a fim de que possa alcançar seus objetivos, cumprir o seu compromisso e assumir sua responsabilidade ético-social de agente disseminador da informação, tanto em relação aos (às) produtores de conhecimento no campo científico quanto aos (ás) facilitadores (as) na disseminação desse conhecimento para indivíduos que necessitam, independentemente dos espaços sociais onde vivem, das identidades que constroem e dos papéis que desempenham nas escolas, nas universidades, nas bibliotecas, nos centros de informação, nos Ongs, nos museus etc. (FREIRE, 2001).

O conceito de responsabilidade social da ciência, elaborado por Bingemer (2006, p. 19), “é o princípio primordial e norteador deste momento de utopias caídas e novos

paradigmas levantados, no qual o ser humano busca desesperadamente categorias que o ajudem a continuar vivendo uma vida digna e que continue merecendo o nome de humana”.

Os dados recolhidos nos anais referentes ao ano de 1998 mostram que, das subáreas citadas, a que mais apresenta trabalhos com temática do (a) negro (a) é História, pois já inseria, em sua produção de conhecimento, a discussão sobre essa vertente. A subárea Antropologia também se destaca nesse mesmo ano, porquanto apresentou quatro trabalhos sobre as questões etnicorraciais. Em 1999, do total de 808 trabalhos produzidos, apenas um deles faz menção à temática etnicorracial, especificamente retratando a abolição da escravatura e a temática de gênero.

Analisando o número de trabalhos apresentados sobre a temática etnicorracial, no ENIC que se realizou em 2000, constatamos que a produção de conhecimento aumentou consideravelmente, em comparação ao ano anterior, quando foram apresentados apenas sete trabalhos. Nesse mesmo ano, as subáreas de Psicologia e de Direito começam uma cultura de trabalhos na área de estudos etnicorraciais.

Em 2001, identificamos uma significativa redução nessa produção, contudo a Psicologia permaneceu apresentando uma continuidade na produção. Essa oscilação na produção de conhecimento apresentada no ENIC, conforme mostram os anais, aumenta, significativamente, em 2002. É perceptível um crescimento importante da produção de conhecimento de trabalhos apresentados sobre diferentes temáticas em 2003. Em

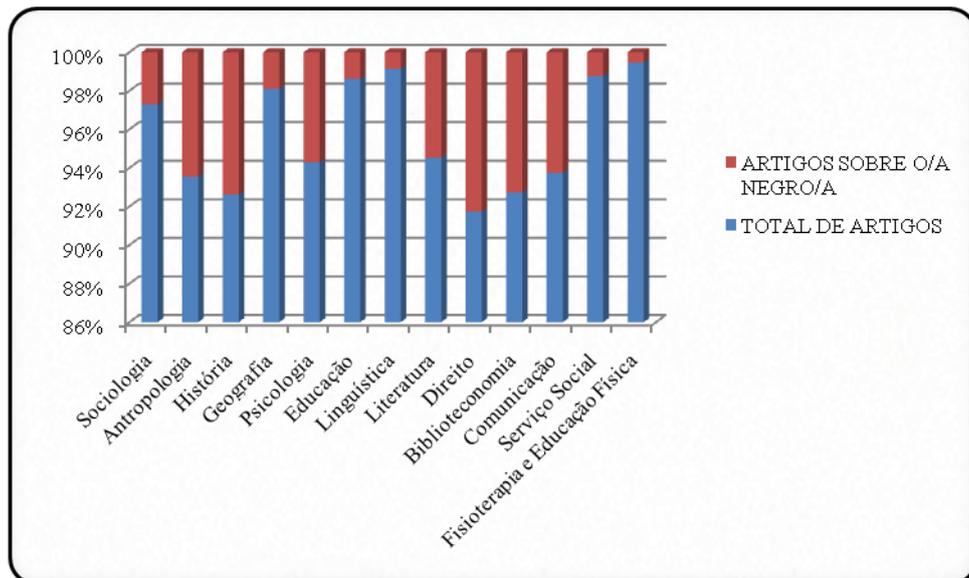
contrapartida, houve um declínio no número dos que abordam as questões etnicorraciais. Em 2004, a produção de artigos sobre os (as) negros (as) cresceu, mas a produção de conhecimento, como um todo, arrefeceu, pois o total de 1.032 trabalhos foi reduzido para 606 (seiscentos e seis).

Tentando explicitar esse declínio na produção de conhecimento registrada nesses anais, inferimos que essa redução pode estar relacionada ao surgimento da Universidade Federal de Campina Grande – UFCG - que, até então, não existia, e passou a funcionar, após alguns impasses, lutas e resistências. O desmembramento da UFPB ocorreu por força da Lei nº 10.419, de 09 de abril de 2002, e o estado da Paraíba ficou com duas Universidades Federais: a UFPB e a UFCG. Entendemos que o declínio na produção de conhecimento, no ano de 2004, pode estar relacionado a esse desmembramento. Porém, ainda permanece a dúvida. Diante dessa ocorrência, indagamos: Como se explica o fato de os números apontarem um aumento da produção de conhecimento, em um ano em que se apresentou uma redução de trabalhos sobre negros (as)?

O ano de 2004 é o marco da primeira pesquisa sobre o (a) negro (a) na subárea Biblioteconomia. Nos anos de 2005, 2006 e 2007, houve uma equivalência e um aumento na produção de conhecimento acerca de negros (as) nesses períodos. Em 2008, aumentou significativamente, pois, nesse ano, foram apresentados 13 trabalhos sobre a temática nessas áreas.

O Gráfico 2 explica as subáreas que apresentam trabalhos sobre o (a) negro (a).

Gráfico 2 – Dissonância entre as subáreas que apresentam trabalhos sobre o (a) negro (a) – ENIC 2008.



Fonte: Dados da pesquisa.

Dentre as três áreas do conhecimento abordadas no ENIC, as subáreas que mais representaram a produção de conhecimento acerca das questões etnicorraciais foi a de Psicologia, que aparece como a que mais publicou sobre a temática – 16 trabalhos, de 264 (Gráfico 2) A subárea de Direito demonstra ter sido a que mais publicou como um todo, destacando 11 trabalhos dos 122. O Gráfico 2 mostra que a subárea Direito tem mais de 8% da sua publicação nos anais do ENIC voltados para a questão do (a) negro (a), enquanto Psicologia tem 6%.

Apesar de poderem contribuir, de maneira crucial, para o desenvolvimento das pesquisas acerca do (a) negro (a), na Universidade Federal da Paraíba, as áreas de Educação e Serviço Social sequer atingiram 2% de suas pesquisas relativas às questões etnicorraciais. Esses resultados são contraditórios, visto que a Lei 10.639/2003 atribui o ensino de História e Cultura Afrobrasileira e Africana à Educação como primeira área de conhecimento a ter responsabilidade, partindo do pressuposto de que a democratização, através da mobilização da sociedade, pode “[...] ampliar o acesso, garantir a permanência e contribuir para o aprimoramento de práticas e valores que respeitem, reconheçam adequadamente e privilegiem a diversidade de experiências

eticorraciais nos sistemas de ensino” (BRASIL, 2008, p. 5).

Constamos, segundo dados, que a Educação Superior ainda não tem desempenhado significativamente o seu papel para identificar e combater as práticas discriminatórias na produção de conhecimento e cumprir eticamente as demandas de uma política científica que privilegie as singularidades de um grupo historicamente discriminado numa sociedade marcada pela diversidade cultural.

Eis, portanto, questões que nos fizeram refletir acerca desse aspecto: Existe outra forma de conhecimento que poderia fortalecer a memória da Ciência das universidades públicas, se não for aquela que inclui todos os grupos sociais e que precisa estar registrada em teses, dissertações, monografias, relatórios, artigos, ensaios, anais de eventos e outros documentos? Que outra produção de conhecimento pode ampliar e contribuir para o desenvolvimento de práticas científicas menos preconceituosas, discriminatórias e racistas?

4 CONCLUSÕES

Nas universidades públicas, a produção de conhecimento sobre o (a) negro (a) ainda é insuficiente. Apesar de alguns estudos e pesquisas já realizados sobre o tema, as dificuldades impedem que essa produção se encaminhe no sentido de dar visibilidade à população negra.

Pesquisar sobre temas que tratam das relações etnicorraciais implica reconstruir a memória coletiva de um conhecimento que sirva para erradicar os preconceitos, as discriminações e os racismos que submetem negros (as) a situações de humilhação e de exclusão nas universidades públicas. Essa memória marcaria o lugar onde se desenvolvem a história e a cultura africana e a contribuição de negros (as) na formação da cultura brasileira.

Os dados analisados demonstram que certos pesquisadores (as) ainda não reconhecem a importância da pesquisa afrodescendente como uma cultura rica para as universidades públicas. O apagamento da população negra, em relação à produção de conhecimento, nas instituições universitárias, é uma das formas de discriminação racial que provoca no indivíduo invisibilizado sentimentos de desprezo e de humilhação. Nessas instituições, as condições necessárias (bolsas, livros, equipamentos, inclusão de alunos negros em pesquisa) para o desenvolvimento dessas pesquisas são mínimas. Os que têm financiamentos específicos (bolsas de ações afirmativas) para alunos (as) negros (as) são relegados porque elas ainda não se posicionaram positivamente frente às gestões do Movimento Negro Brasileiro e dos intelectuais negros (as) no que concerne a essas políticas.

A pesquisa é uma atividade de formação científica para o (a) aluno (a) ainda inexperiente. Incluir alunos (as) negros (as) nas pesquisas PIBIC e estimular sua participação nos Encontros de Iniciação Científica – ENIC – são meios pelos quais eles poderão, conjuntamente com os (as)

orientadores (as), contribuir para o desenvolvimento de novas pesquisas.

Entendemos, também, que a universidade é formadora de novos perfis profissionais capacitados para trabalhar com diversas áreas do saber. Cabe, pois, aos (às) pesquisadores (as), profissionais da informação, bibliotecários (as), antropólogos (as), historiadores (as), jornalistas, sociólogos (as), psicólogos (as) e outros encamparem a luta pela democratização da memória da ciência como um dos imperativos prioritários para a justiça social. Essa memória pode servir como um mecanismo de inclusão dos indivíduos que vivem à margem da sociedade, por não serem reconhecidos (as) e conhecedores (as) de sua própria história.

Cumpramos aos profissionais que trabalham com a recuperação da informação resgatar a memória da ciência e disseminá-la a fim de que possam atuar como agentes transformadores da realidade excludente. Juntamente com pesquisadores/as, professores/as e alunos (as), devem disseminar uma rede social de informações sobre a produção de conhecimento para a universidade e o público, a qual só tem sentido quando servir para desvelar a realidade e suas contradições.

Aos (às) pesquisadores (as) em formação, as universidades públicas devem formular políticas mais eficazes de reparações e de reconhecimento da diversidade cultural nessas instituições e desencadear ações por meio de programas de ações afirmativas. Nesse contexto, às áreas de Ciência da Informação, Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia também devem implementar políticas de informação inclusivas que orientem a sociedade, seus representantes e a comunidade científica para corrigirem as desvantagens e a marginalização criadas por uma estrutura social excludente e discriminatória, que (in)visibiliza negros (as) e exercita, cotidianamente, preconceitos e diferentes formas de negar a cultura de origem da população negra, impondo uma

cultura dominante que impera, dita regras, exclui e fecha as oportunidades aos grupos socialmente vulneráveis.

O sentido ético-político das políticas públicas de inclusão racial precisa admitir que a informação de qualidade jamais foi colocada ao alcance de todos (as) os (as) cidadãos (ãs). Assim, reconfigurar a produção de conhecimento nessas áreas é imperativo, em sua função de organizar a informação para disseminá-la, a fim de que todos os grupos sociais se tornem visíveis na memória da Ciência da UFPB. Essa é também uma forma de combater a desigualdade na escolha dos temas. As Ciências Sociais (e Aplicadas) precisam realizar práticas efetivas e específicas, que modifiquem concretamente a situação de pesquisa que torna os (as) afrodescendentes invisíveis (CUNHA JÚNIOR, 2005).

Com base nessa afirmativa, concluímos que o compromisso e a responsabilidade social da área de Ciências Sociais e Aplicadas, da Biblioteconomia e de seus (suas) respectivos (as) pesquisadores (as) são o de requalificar o universo de sua produção de conhecimento. É necessário conhecer os sentidos que atualmente os estudos e as pesquisas vêm tomando (AQUINO, 2006). Por sua vez, os (as) bolsistas de iniciação científica e futuros (as) bibliotecários (as) devem dar continuidade aos estudos e às reflexões relativas à produção de conhecimento sobre a temática etnicorracial, fazendo gestões junto com os órgãos responsáveis pelas pesquisas para fomentar participações em eventos e incrementar a produção de artigos e o engajamento em novos projetos de pesquisa que tratem dessa problemática. Some-se a isso a responsabilidade ético-social das universidades concernente à produção de conhecimento e ao fortalecimento da memória da Ciência.

REFERÊNCIAS

Biblionline, João Pessoa, v. 7, n. 1, p. 46-57, 2011.

ABREU, A. A. **Ciência e inclusão social**. São Paulo: Terceira Margem, 2002.

AQUINO, M. A. **Memória da Ciência: a (in) visibilidade dos(as) negros(as) na produção do conhecimento da Universidade Federal da Paraíba (Projeto de Pesquisa)**. João Pessoa, 2009.

ARÓSTEGUI, J. **A pesquisa histórica: teoria e método**. Bauru: Edusc, 2006.

CHAGAS, W. F.; SOUZA, M. L. G. **O olhar da academia sobre o negro**. Centro Universitário de João Pessoa. Boletim de Pesquisa, n. 3, João Pessoa; DCSN, 2002.

CUNHA JÚNIOR, H. Afrodescendência e espaço urbano. In: CUNHA JÚNIOR, H.; RAMOS, M. E. R. **Espaço urbano e afrodescendência: estudos de espacialidade negra urbana para o debate das políticas públicas**. Fortaleza: UFC Edições, 2007.

_____. **Metodologia afrodescendente de pesquisa**. Texto de trabalho na disciplina de etnia gênero e educação na perspectiva afrodescendente. 2006.

_____. Nós, afro-descendentes: história africana e afrodescendente na cultura brasileira. In: ROMÃO, J. (org.). **História da educação do negro e outras histórias**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. 2005. Cap. 14, p.249-273.

_____. Africanidade, afrodescendência e educação. **Educação em debate**, Fortaleza: FAGED/UFC, v. 23, n. 42, p.5-15, 2001.

CUNHA JÚNIOR, H.; RAMOS, M. E. Territórios de maioria afrodescendente: segregação urbana, cultura e produção da pobreza da população negra nas cidades brasileiras. **Educação em debate**, Fortaleza: FAGED/UFC, v. 2, n. 42, p.05-15, 2001.

BINGEMER, M. C. L. Apresentação. In: JONAS, H. **O princípio da responsabilidade: ensaio de uma ética para a civilização tecnológica**. Rio de Janeiro: Contraponto/PUC, 2006.

BOSI, E. **Memória e sociedade - lembranças de velhos**. 3. ed. São Paulo: Cia das Letras, 1994.

BRASIL. Ministério da Educação. **Contribuições para implementação da lei 10.639/2003**. Brasília: Ministério da Educação, 2008.

_____. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnicorraciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana**. Brasília: Ministério da Educação, 2004.

FREIRE, I. M. **A responsabilidade social da Ciência da Informação e/ou o olhar da consciência possível sobre o campo científico**. 2001, 166 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - IBICT, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2001.

IBGE. **Ontem e hoje o negro no Brasil**. 2002. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/ibgeteen/datas/discriminacao/ontemhoje.html>>. Acesso em: 12 ago. 2009.

LATOURET, B. **Ciência em ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora**. São Paulo: UNESP, 2000.

LE GOFF, J. **História e memória**. 5. ed. Campinas: Unicamp, 2003.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de Pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MAY, T. **Pesquisa social: questões, métodos e processos**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.

MINAYO, et al. Construção dos instrumentos qualitativos e quantitativos. In: _____. **Avaliação por triangulação de métodos: abordagem de programas sociais**. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

NORA, P. Entre mémoire et histoire: la problématique des lieux. In : _____. **Les lieux de mémoire**. Paris: Gallimard, 1984.

POLLAK, M. **Memória, Esquecimento, Silêncio**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v.2, n. 3, 1989 .

QUEIROZ, D. M. **Universidade e desigualdade: brancos e negros no ensino superior**. Brasília: Líber Livro, 2004.

RICOUER, P. **A memória, a história e o esquecimento**. Campinas: UNICAMP, 2007.

Biblionline, João Pessoa, v. 7, n. 1, p. 46-57, 2011.

SOUZA, J. A visibilidade da raça e a invisibilidade da classe: contra as evidências do conhecimento imediato. In: _____. **A invisibilidade da desigualdade brasileira**. Belo Horizonte: UFMG, 2006.

Dados sobre Autoria

*Professora do Departamento de Ciência da Informação. Professora do Programa de Pós-graduação em Educação. Professora do Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação. Coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Informação, Educação e Relações Etnicorracial (NEPIERE)

**Bolsista PIBIC/UFPA/CNPq. Graduada em Biblioteconomia.

***Voluntário PIVIC/CNPq/UFPA. Graduado em Biblioteconomia.

****Bolsista PIBIC/CNPq/UFPA. Graduando em Psicologia.

Artigo enviado em fevereiro de 2011 e aceito em junho de 2011.